

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham através da TVAL, Rádio Alesc Digital e aqui presentes.

Quero fazer referência a dois fatos históricos. Hoje faz 40 anos do golpe militar no Chile, quando um presidente eleito pelo povo, Salvador Allende, foi destituído do poder por um

conluio de alguns generais com agentes do governo dos Estados Unidos, tudo em nome da continuidade dos lucros de alguns monopólios empresariais daquele país do norte deste continente. O presidente eleito não só foi cassado, mas foi assassinado dentro do palácio, que foi bombardeado de forma vil, covarde e cruel pelos golpistas.

A ditadura brasileira não só apoiou o golpe contra Salvador Allende, no Chile, mas ajudou a montá-lo. O serviço de inteligência da ditadura militar brasileira ajudou a arquitetar o golpe no Chile, assim como a inteligência dos Estados Unidos havia ajudado meia dúzia de generais gorilas do Brasil a dar o golpe de 1964.

Nesta data, então, queremos manifestar o nosso repúdio a todos os gorilas do mundo e a nossa saudação efusiva a milhares de companheiros que tomaram combatendo o bom combate em nome da libertação dos povos.

O outro aniversário de hoje é o atentado da Al-Qaeda, do Osama Bin Laden, aos Estados Unidos, onde morreram mais de três mil pessoas, há exatos 12 anos. A mesma Al-Qaeda que agora é aliada dos gringos lá na Síria. Sim, a Al-Qaeda está na oposição ao governo da Síria e sendo armada, equipada e financiada por diversos países do mundo, inclusive pelo governo dos Estados Unidos.

Então, são curiosidades da história sobre as quais precisamos refletir, deputado Serafim Venzon. Exatamente a Al-Qaeda, cujo líder máximo, Osama Bin Laden, eles dizem que mataram há algum tempo no Paquistão. Sinceramente, conhecendo esses canários, esses abutres, melhor dizendo, tenho bastante razão para duvidar dessa informação.

Mas quero, sr. presidente, voltar ao assunto do qual falei ontem, ou seja, a minha conturbada relação com a direção estadual do PDT. Conturbada talvez seja uma palavra suave demais para expressar essa relação.

A direção provisória atual do PDT de Santa Catarina, no dia 14 de dezembro do ano passado, decidiu formar uma comissão de ética para avaliar a conduta deste parlamentar. Na mesma reunião, deputado Taxista Voltolini, a direção deliberou

que o PDT de Santa Catarina gostaria de participar do governo Raimundo Colombo. Não posso, é claro, deixar de ver a relação de uma coisa com a outra e por isso consideraram que a minha presença no partido era inconveniente em função do pleito de 2014.

No começo deste ano eles instalaram a comissão de ética e informaram-me disso pela imprensa, com bastantes alfinetadas. Oficialmente, contudo, apenas no dia 11 de abril fui informado. A comissão de ética trabalhou 15 dias e mandou-me os resultados. E leio a parte final da decisão da comissão de ética do PDT:

"Tal situação prova que a autoria é positiva e que o representado de fato cometeu ato desonroso, imoral e infiel contra o Partido Democrático Trabalhista, ferindo de morte princípios universais, políticos e estatutários, ficando, desta forma, sujeito às sanções inerentes à matéria.

Obviamente que a expulsão ao mesmo é o caminho apresentado e necessário para que sua conduta seja estancada, pois lamento que um homem que se diz comunista e detém princípios socialistas tenha uma conduta tão desonrosa.

Neste norte, o meu voto é no sentido de encaminhar à Executiva Estadual a recomendação de expulsão do representado, vez que a autoria e a materialidade estão, sem sombra de dúvidas, comprovadas."

A conduta desonrosa, infiel e imoral a que se refere é por eu não ter concordado com o apoio a Dário Berger, em Florianópolis e a Djalma Berger, em São José. E quem diz isso são os mesmos dirigentes do partido que já estão dizendo que querem participar do governo encabeçado pelo partido que foi oposição a Dário Berger na eleição municipal. A mesma direção estadual que dois anos antes já aderira de forma apaixonada à candidatura ao governo de Angela Amin, também adversária de Dário Berger. Um mês antes disso, o PDT saíra do governo do PMDB num dia e no mês seguinte já estava apaixonado à primeira vista por Angela Amin, embora se conhecessem há 30 anos.

O que nós temos na realidade? Nós temos um partido que, rasgando a tradição brizolista e trabalhista, tem-se tornado a cada dia mais fisiológico. De um mês para outro, de uma semana para outra muda completamente de horizonte e é capaz virar de A para B, tudo em nome de alguns cargos, tudo para conseguir alguma participação no governo.

Dentro do PDT catarinense, como figura pública do partido em nosso estado, este deputado foi um dos únicos a defender efetivamente os princípios definidos no art. 1º do estatuto do partido. A defesa da luta dos trabalhadores, a defesa de uma sociedade justa, a luta pelo socialismo, tudo isso está lá no art. 1º do estatuto do PDT.

Então, eles estão propondo expulsar-me, só falta a batida do martelo do diretório provisório estadual, presidido pelo ministro Manoel Dias, que assinou esse documento depois de virar ministro, sentindo-se poderoso, mas por certo muito preocupado porque a Polícia Federal levou uma porção de computadores e documentos de dentro do ministério que ele administra.

Essa comissão de Ética é composta por aqueles que fizeram a acusação, ou seja, quem acusa, julga. São praticamente os mesmos, para fazer um trabalho que já havia sido anunciado pela imprensa meses antes que fariam. Eles, sim, têm sido infiéis a Leonel Brizola, ao art. 1º do estatuto do PDT.

Ofendem-me muito os termos "infiel", "imoral" e "desonroso" atribuídos a mim, porque todos esses termos cabem, na verdade, a eles. E, se for caso, serei expulso do PDT por não ter conseguido ser fiel aos infiéis que andam governando o partido segundo os seus interesses pessoais, familiares e fisiológicos nos últimos tempos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs.

deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação. Primeiramente, quero cumprimentar vereadores, prefeitos e vice-prefeitos que hoje estão na galeria da Casa e nos gabinetes visitando os deputados. Muitos deles me visitaram na parte da manhã, outros virão na parte da tarde.

Quero saudar os vereadores Almir Butzke, Tercilio Luis Longo e Ingobert Maas, de Benedito Novo que, entre outros pedidos, trazem a solicitação de que seja efetuada urgentemente a ligação entre Doutor Pedrinho e Itaiópolis, rodovia que representa a ligação entre o médio vale rio Itajaí e o planalto norte. O vale do rio Itajaí até o momento só tem a ligação longa, a ligação através da BR-470. Chega-se lá em cima no trevo do Patussi, vira-se para o norte e chega-se, então, ao planalto norte de Santa Catarina.

Entretanto, são duas regiões com um potencial muito grande, mas que de certa maneira estão reprimidas pela falta de infraestrutura. Quem conhece bem o vale de Taió seguramente vê o potencial das pessoas, do relevo e vê também os empreendedores com muita vontade de investir, mas que enfrentam muitas dificuldades na hora de escoar a produção.

Em Santa Terezinha, por exemplo, a agricultura é muito forte, além da produção de frangos, de suínos e bovinos. Enfim, a agroindústria é muito forte, no entanto, a dificuldade é escoar a produção. O mercado consumidor para essa região, que é a região norte de Santa Catarina e a região sul do Paraná, mormente a cidade de Curitiba, onde poderia ter acesso fácil aos produtos, hoje tem um caminho muito longo, ou seja, passando pela BR-470, indo até a BR-116, ou pela BR-470 e vindo até a BR-101.

Vejo o deputado Aldo Schneider adentrando ao plenário neste momento e posso dizer que ele tem acompanhado isso de perto. Sei que ele tem-se dedicado muito para a consecução da pavimentação da SC-477, que liga Doutor Pedrinho até Itaiópolis, e Itaiópolis à BR-116, no planalto norte.

Sr. presidente, quero destacar aqui também o vereador Antônio Carlos Contezini, presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Campo, que tem movimentado as lideranças, os vereadores, os prefeitos, os vice-prefeitos, os deputados, enfim, todos aqueles que gostam daquela região. O deputado Taxista Voltolini tem levado esse pleito ao governador, ao Deinfra, ao secretário Valdir Cobalchini, justamente para que de fato aconteça essa pavimentação.

Assim, se Deus quiser, no começo de 2015 já poderemos ter o asfaltamento daquela rodovia, o que fará o deputado Taxista Voltolini mais feliz, porque já poderá pedir votos com mais facilidade no planalto norte, passando por Doutor Pedrinho e indo a Itaiópolis.

Quero ainda, sr. presidente, saudar muito especialmente o senador Paulo Bauer, que todas as semanas tem feito caminhadas pelo estado de Santa Catarina, tem sido um exemplar presidente do PSDB. E posso destacar aqui que cada presidente fez o que devia a sua época. Mas o senador Paulo Bauer, com certeza, está cumprindo a sua tarefa com muita determinação, organizando o PSDB, organizando as candidaturas para deputado estadual, federal e senador, buscando uma chapa consistente e com uma grande proposta que dê suporte à proposta do senador Aécio Neves. Mesmo porque nas últimas eleições presidenciais, os catarinenses deram uma votação espetacular ao nosso candidato. Assim, o próximo candidato sendo Aécio Neves, tenho certeza de que Santa Catarina também dará uma grande contribuição.

Por isso, catarinenses, é muito importante esse trabalho que o senador Paulo Bauer vem fazendo, as visitas que já fez e aquelas que fará a todas as regionais de Santa Catarina, a fim de unir e entusiasmar as executivas de todos os municípios, mobilizando-as para as eleições do ano que vem.

Na próxima quinta-feira, dia 12, o senador estará em Brusque e lá estaremos reunindo o PSDB de Brusque, Guabiruba e Botuverá. Também estarão presentes as executivas de Gaspar e Ilhota. Não

faltarão, com certeza, as executivas de Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino, Vidal Ramos e Presidente Nereu.

Por isso, meus cumprimentos especiais ao senador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência quer agradecer e registrar a presença do Grupo de Mães Mãos de Ouro, da cidade de Tubarão, que está aqui visitando a nossa Casa e que tem como responsável a sra. Adilene Mendes.

Sejam bem-vindas à Casa do Povo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também não poderia deixar passar em branco a vinda a esta Casa do vereador Israel Alfredo Anhaia, do município de Otacílio Costa, que está acompanhando o prefeito municipal daquele município, Luiz Carlos Xavier, e também o vereador do município de Benedito Novo, Reinaldo Odorizzi.

A todos as nossas boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos e que seja registrada a ilustre presença dos visitantes.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, deputado Kennedy Nunes, os srs. deputados, as sras. deputadas e todos os que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, está em minhas mãos um documento que trata da situação de dois convênios da secretaria da Assistência Social e Habitação do Estado de Santa Catarina.

O primeiro convênio é no programa Ações Integradas da Economia Solidária para a Superação da Pobreza Extrema, no valor de R\$ 1.414.063,32.

Esse convênio foi assinado em 2011, a primeira parcela foi repassada em dezembro de 2011, mas em torno de R\$ 700 mil não foram ainda executados.

A nova gestão da secretaria argumenta que quer fazer um ajuste no plano de trabalho e incluir mais estrutura para a comercialização com recursos do estado. No entanto, em função desse encaminhamento, esse recurso encontra-se parado.

O segundo convênio também foi assinado com o governo federal, no valor de R\$ 3,490 milhões, destinados ao fortalecimento e fomento de organizações de catadores de materiais recicláveis. Essa proposta foi enviada para análise, há problemas de cadastramento no Siconv, a secretaria está ainda fazendo ajustes e pretende aplicar na região de Palhoça, pois há informações de que há um lixão naquele município e também no sul do estado.

Por que estou trazendo esse assunto a esta tribuna? Porque os procedimentos da secretaria da Assistência Social e Habitação estão por deveras demorados e o estado está correndo o risco de perder esses recursos. São mais de R\$ 5 milhões que o estado de Santa Catarina pode perder se de fato não agir rapidamente para adequar toda documentação às normas do governo federal. É inconcebível que um recurso do governo federal tenha vindo para a conta do estado e que o estado corra o risco de perdê-lo em função da inércia de uma secretaria! Estou tornando pública a questão porque faremos o acompanhamento e a fiscalização desses convênios.

A outra manifestação, presidente, é com relação à carta que foi tirada do Seminário Estadual de Educação do Campo, que aconteceu com o apoio desta Assembleia Legislativa, numa proposição de nossa autoria, que foi realizado pela Escola do Legislativo e contou com a presença de 350 lideranças de todo estado de Santa Catarina. Ao final do seminário, deliberou-se sobre uma série de questões no sentido de fortalecer a educação do campo em nosso estado. Quais são essas ações?

(Passa a ler.)

- Maior abertura das secretarias da Educação em relação às lutas sociais, à expansão dos espaços de aprendizagem para além dos muros da escola, criando coordenadorias voltadas para a educação no campo.

- Formação continuada dos educadores e produção de materiais didáticos dentro da concepção de educação do campo construída pelos movimentos sociais e sindicais.

- Estabelecimento de parcerias com universidades e demais instituições públicas e comunitárias.

- Combate à entrada de materiais didáticos e programas ligados às empresas do setor agroalimentar e insumos nas escolas, pois difundem seus interesses privados ao invés do interesse público.

- Realização de concursos públicos que considerem as especificidades das escolas do campo.

- Reformulação de planos de cargos e salários de modo a que considerem a especificidade da educação do campo.

- Realização de eleições para diretores.

- Recriação da forma escolar, de modo que garanta tempo para planejamento individual e coletivo, trabalho interdisciplinar e por áreas de conhecimento, eliminando aulas de 45 minutos.

- Garantia da existência de materiais pedagógicos voltados para educação do campo e que estes sejam construídos a partir de nossas referências e que sejam acessados pelas escolas do campo.

- Reconhecimento, fortalecimento e financiamento pelo estado de escolas cuja forma e processos formativos potencializem práticas de cooperativismo popular.

- Elaboração de marcos legais para a educação do campo em Santa Catarina a partir das normativas, pareceres, resoluções e decretos construídos nacionalmente, com destaque para a

elaboração das diretrizes estaduais de educação do campo.

- Instituição de lei que crie a educação do campo como política pública estadual.
- Realização de editais específicos para a escola do campo.
- Garantia pelo estado de políticas integradas - educação escolar, acesso à terra, comunicação, inclusão digital, cultura e lazer, trabalho e geração de renda, assistência técnica, entre outros."

Nesse aspecto em especial, queremos combater a ideia de que no campo não precisa haver tecnologia, lazer e cultura. A lógica da educação no campo é também que as políticas de governo dialoguem e possam de fato ter uma intervenção na sua totalidade.

Por que os agricultores não ficam no campo? Porque a cidade é mais atrativa. O jovem na cidade pode ter uma moto, um emprego com direito a 13º salário, férias e hora extra. Enquanto isso, os filhos dos agricultores, além de não terem acesso facilitado à cultura, ao lazer e à educação, também não têm direitos sociais e trabalhistas garantidos. Trabalham como cavalos e não há reconhecimento.

(Continua lendo.)

- "Que se garanta escolarização dos sujeitos do campo no próprio campo e quando for necessário o deslocamento e transporte, menor tempo de deslocamento, acesso aos portadores de necessidades especiais, lugares em quantidade suficiente para os usuários, entre outros.

- Que os cursos de licenciatura em educação do campo sejam voltados, preferencialmente, à formação de pessoas do campo, assegurando a participação dos jovens e professores vinculados aos movimentos sociais e sindicais."

Essa carta foi entregue na SDR de Chapecó em função do evento ter ocorrido lá, embora tenha sido um seminário estadual.

Quero aqui enaltecer a participação de todas as entidades, sindicatos, movimentos sociais,

universidades, enfim, de todas as pessoas que se envolveram no seminário, bem com a Escola do Legislativo, a comissão de Educação e os servidores desta Casa.

A meta agora é fazer uma luta política para que as reivindicações desta carta se tornem políticas institucionais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, quero registrar a presença dos vereadores de Benedito Novo, Walter Doege, Reinaldo Odorizzi, Marlei Adriana Beyer, Almir Butzke, Tercilio Luis Longo, Hilário e o secretário Darlei.

Muito obrigado pela presença neste Parlamento!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr presidente, gostaria de também registrar a presença do vereador Israel Anhaia, de Otacílio Costa, que veio acompanhar esta sessão e tratar de assuntos de interesse da sua cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos!

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. parlamentares, quero falar sobre um programa a que assisti hoje, na *Globo News*, sobre a realidade médica no país. O programa é

apresentado pelo ex-deputado Fernando Gabeira, que faz uma peregrinação pelo interior do país, interior para valer, tratando da situação da saúde, particularmente da presença de médicos.

Ele foi a uma cidade chamada Buriti Bravo, no interior do Maranhão, aonde o médico vai apenas uma vez por mês e onde fica durante cinco horas. Esse é todo o atendimento que a população daquela cidade possui.

Nós, mães e avós, sabemos o significado da presença de um médico perto, e a situação daquela população me fez refletir sobre a necessidade de debater sobre esse problema, não do Maranhão, mas da capital dos catarinenses.

No dia 10 de julho de 2013, o secretário de Saúde de Florianópolis efetuou a adesão ao programa Mais Médicos do governo federal. Abriu vaga para dez médicos: dois para a Prainha, dois para a Costeira do Pirajubaé, dois para o Sacos dos Limões, dois para a Tapera e dois para a Coloninha.

No entanto, atendendo a uma voz popular que buscou construir uma opinião pública dizendo que os médicos que vinham não eram preparados, no dia 7 de agosto o prefeito publicou o Decreto n. 11.945, proibindo a contratação de médicos com diploma de universidades estrangeiras e que não tivessem se submetido ao Revalida. Logo em seguida foi o prefeito notificado de que o município estava suspenso do programa Mais Médicos.

Catarinenses, estamos falando da capital do estado, que precisa de dez médicos para dar conta da sua tarefa de ter médicos em todos os plantões!

Hoje, pela manhã, estive na comunidade Chico Mendes e uma das pessoas com quem eu estava conversando disse que esperou um ano pela consulta no posto de saúde. Esperou um ano por uma consulta! E exatamente no dia em que ela foi ao posto, o médico adoeceu - e pode acontecer com qualquer um -, ela perdeu a consulta e não sabe quando vai conseguir outra.

É bom lembrar que o programa Mais Médicos é pago pelo governo federal. Esses médicos seriam pagos pelo governo federal. Claro que é dinheiro

nosso, dos contribuintes, mas sai do caixa da união. E por que iríamos abrir mão disso, se o país inteiro está precisando de mais médicos, como todos sabem? Pois bem, a prefeitura peitou mesmo assim o governo federal, dizendo que iria contratar e não conseguiu.

Essa dificuldade que vivemos no país com relação à falta de profissionais médicos é culpa daqueles que, há 40, 50 anos, não criaram universidades suficientes para dar suporte a um sistema de saúde sólido, no qual os médicos pudessem desempenhar bem suas funções.

Se hoje não é assim, precisamos resolver, pelo menos emergencialmente, a questão. E emergencialmente o programa Mais Médicos vai conseguir atender até nos mais longínquos rincões do Brasil uma população que até agora está desassistida.

Finalmente, a opinião pública, apesar da grande mobilização de setores que não compreenderam o programa, disse que precisava era de médicos. Se eles falam português ou espanhol, não vem ao caso, o mais importante é que vão tratar da maioria dos males que afligem as populações, que são as verminoses, as doenças que necessitam de pequenas intervenções de um profissional de saúde. Não estamos falando de medicina nuclear, que exige um conhecimento extraordinário, estamos tratando de combater desidratação, estamos tratando de combater disenteria, pois em muitas localidades deste país as condições de saúde são subumanas.

Portanto, bem-vindos os médicos que virão pela suspensão do decreto do prefeito Cesar Souza Júnior. Bem-vindos os médicos que virão em decorrência da entrada da cidade de Florianópolis no programa Mais Médicos. Bem-vindos porque o povo catarinense precisa deles também.

É uma pena que seja assim, mas em sendo, não podemos fugir da responsabilidade de garantir que o nosso povo tenha acesso à saúde por puro preconceito ideológico.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Angela Albino pela sua fala. Eu concordo com v.exa., a minha única preocupação é que esses médicos que estão começando a trabalhar agora vão pedir exames. E quem fará esses exames? Porque nos dias de hoje os médicos não fazem nada sem exames.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente, gostaria de cumprimentar v.exa. que preside esta sessão, as sras. deputadas, os srs. deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e a comitiva do município de Tubarão.

Quero cumprimentar também os vereadores do município de Benedito Novo, cuja presença foi registrada pelo nosso querido deputado Taxista Voltolini, desejando-lhes uma boa estada na Casa do Povo catarinense, afinal de contas, o mandato do vereador é tão nobre quanto o do deputado. E digo isso porque o vereador é aquele que está mais próximo do cidadão, da comunidade e sempre que existe um problema, é ele que é procurado pelo munícipe.

Mas, sr. presidente, vimos à tribuna no dia de hoje para fazer um pequeno relato da nossa viagem, quarta-feira, à capital federal, onde eu e o deputado federal Rogério Mendonça tivemos uma agenda para tratar de interesses da nossa região e do estado de Santa Catarina como um todo.

Primeiramente, tivemos uma audiência com o ministro do Trabalho, o catarinense Manoel Dias, na qual relatamos alguns assuntos que afligem a sociedade e o setor produtivo de Santa Catarina.

Refiro-me especificamente à questão dos plantadores de cebola do vale do Itajaí e de alguns municípios da Grande Florianópolis, que vêm sendo abordados pelos agentes do ministério do Trabalho, como fiscais que são, nas suas propriedades de uma forma muito incisiva,

cobrando-lhes o cumprimento da legislação trabalhista no que concerne às contratações de mão-de-obra temporária por dez, 15, 20 dias.

O que conversamos com o ministro do Trabalho, o catarinense Maneca Dias, foi que deveria haver, por parte do seu gabinete, uma orientação no sentido de uma abordagem sensata dos nossos agricultores e agricultoras que estão no plantio ou na colheita da cebola.

Nós, que somos de regiões produtoras e de minifúndios agrícolas, sabemos que na época do plantio o agricultor e sua família reúnem os vizinhos e em dez ou 15 dias, em sistema de mutirão, fazem todo o serviço. É neste momento que chegam os agentes do ministério do Trabalho e abordam aquele pessoal exigindo o cumprimento de toda a legislação trabalhista, principalmente o contrato temporário de trabalho, quando, na verdade, aqueles vizinhos estão fazendo um favor, estão sendo solidários e trabalhando em sistema de mutirão!

Então, nós pedimos ao ministro que, com o conhecimento que ele tem acerca das peculiaridades do estado de Santa Catarina, oriente os agentes do ministério do Trabalho a agirem com mais conhecimento de causa, pois os nossos agricultores não podem ser tratados como se empregadores fossem.

Nós entendemos perfeitamente que não pode ser existir uma legislação trabalhista para cada estado, mas é preciso que se busque uma alternativa dentro da CLT para que esse tipo de trabalho não seja considerado trabalho escravo e sim trabalho esporádico, temporário, por não mais de 15 ou 20 dias.

O ministro Manoel Dias nos disse que está tendo o mesmo problema dos nossos plantadores de cebola no que se refere à contratação de profissionais para os eventos que acontecem no Brasil, ou seja, todas as empresas de eventos têm problemas desse tipo no país.

Em vista disso, determinou à equipe técnica do ministério que fizesse um levantamento no sentido de buscar uma legislação que atenda a este tipo de

segmento: os produtores que utilizam o trabalho voluntário em sistema de retribuição, de troca, e também os empregados que trabalham nos grandes eventos no país.

Outro assunto relatado ao ministro do Trabalho envolve a indústria têxtil do nosso estado. Eu, que represento o vale do Itajaí, região que hoje é um dos grandes polos têxteis do Brasil e do mundo, tenho ouvido muitas reclamações. É que existe um acordo coletivo do sindicato patronal com o sindicato dos trabalhadores acerca daquela meia hora de descanso, prevista em lei. Os empregados das malharias, dessas grandes empresas de confecção da área de tecelagem, têm meia hora de descanso. Mas ela tem sido usada para o sábado não trabalhado.

No entanto, está havendo muita demanda judicial em relação a essa meia hora e a Justiça do Trabalho tem penalizado as empresas catarinenses determinando que elas paguem aquele período que, na verdade, é uma compensação. Ocorre, como disse, que existe um acordo coletivo entre empregados e patrões que está sendo desrespeitado pela Justiça Trabalhista, pelo Ministério Público do Trabalho, afirmando que todo empregado tem que ter uma hora de descanso para alimentar-se. Mas o combinado entre empregados e patrões é exatamente para que esses empregados não precisem trabalhar no sábado pela manhã.

Sr. presidente, o que tem que ficar claro, e foi isto que levamos ao ministro do Trabalho, é que vivemos num estado em que a indústria têxtil tem uma representação muito forte no PIB. Por isso nós, da classe política, tivemos que levar esse assunto em nível nacional, a fim de que ele seja equacionado. E foi exatamente o que fizemos na última quarta-feira, eu e o deputado Rogério Mendonça, na conversa que tivemos com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, que disse que no dia anterior havia recebido uma comitiva do estado de São Paulo que apresentou uma reivindicação no mesmo sentido. A solicitação dos paulistas foi que o ministério do Trabalho baixasse uma regulamentação, a fim de que as empresas

catarinenses e brasileiras não sejam penalizadas pela Justiça Trabalhista.

Quero, através da tribuna desta Casa, dizer que o vale do Itajaí, região que representamos e que tem muitas empresas pequenas, médias e grandes nesse setor, depende da mão-de-obra para a geração da riqueza que dará suporte ao PIB catarinense. Logicamente, tanto o empregado como o patrão querem continuar com esse acordo coletivo, exatamente para que o empregado tenha o sábado de folga com sua família, sendo que a forma de propiciar isso é através do trabalho de mais meia hora por dia. Mas se a Justiça do Trabalho continuar agindo dessa maneira, infelizmente nossas empresas vão ter que paralisar uma hora para as refeições e trabalhar aos sábados pela manhã.

Outro assunto que também discutimos, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, foi a ferrovia da integração leste/oeste, ferrovia que, na nossa concepção, vai fazer a integração de todo o estado de Santa Catarina, iniciando em Dionísio Cerqueira e terminando em Itajaí, cortando nosso estado horizontalmente.

Pois bem, lá em Brasília, numa audiência extremamente concorrida e com a presença de muitas lideranças empresariais e políticas do vale do Itajaí e demais regiões do estado, entre as quais cito o deputado federal Pedro Uczai, o deputado federal Peninha, o deputado federal João Pizollatti e o deputado federal Décio Lima, chegamos ao entendimento de que não se pode deixar que o vale do Itajaí não seja contemplado por essa ferrovia que, em nosso entendimento, será a redenção, a preservação de muitas vidas, principalmente quando falamos em BR-470.

Nessa audiência contamos com a presença importante do diretor presidente da Valec, Engenharia, Construção e Ferrovias S/A, dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior, com toda a sua equipe de planejamento, e na ocasião defendemos que o estudo técnico, econômico e ambiental dessa ferrovia seja contratado de forma imparcial, a fim

de que, através dos números apurados e do estudo técnico, seja apresentada a decisão.

Para que todos tenham uma noção do que estou falando, 195 municípios catarinenses assinaram uma carta de intenções dirigida ao governo federal para que a ferrovia leste/oeste efetivamente corte o estado e corte pelo vale do Itajaí.

São mais de US\$ 40 bilhões o PIB produzido nesses 195 municípios que assinaram essa carta de intenções solicitando o estudo de viabilidade técnica e ambiental dessa ferrovia. Repito: são mais de US\$ 40 bilhões o PIB produzido nesses 195 municípios. Obviamente, pela robustez dos números, o presidente da Valec nos disse que talvez haja uma alternativa.

Reconhecemos o direito dos nossos irmãos catarinenses do norte de reivindicarem um determinado traçado, mas, evidentemente, não poderíamos deixar de dizer para o povo catarinense que essa ferrovia, se falarmos em integração, tem que integrar Dionísio Cerqueira a Itajaí, exatamente passando pela espinha dorsal de Santa Catarina.

Mas exatamente naquele momento em que lá estávamos, sr. presidente e srs. parlamentares, ficamos sabendo que o Tribunal de Contas da União, o TCU, havia suspenso temporariamente o estudo de viabilidade técnica por entender que ele estava sendo direcionado. Dessa forma a Valec vai ter um prazo de aproximadamente 30 dias para suprir todas as dúvidas que foram levantadas pelo Tribunal de Contas da União. A partir do seu saneamento, o edital voltará para a praça e logicamente o governo federal terá condições de contratar as empresas para realizar um estudo que identifique o melhor traçado para que Santa Catarina também seja integrada por uma ferrovia que alavanque ainda mais o seu desenvolvimento.

Sr. presidente, agradeço a oportunidade, em nome do PMDB, assim como a atenção das sras. deputadas, dos srs. deputados, dos telespectadores da TVAL e dos ouvintes da Rádio Alesc Digital, que nos deram a oportunidade, nesses 14 minutos, de levar a todos os recantos catarinenses importantes

informações tanto no que se refere ao ministério do Trabalho, quanto à Valec.

Muito obrigado e boa-tarde a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dóia Guglielmi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, ao cumprimentar v.exa. cumprimento os colegas deputados e as colegas deputadas.

Queremos dizer que temos como uma luta muito forte, intensiva, no sul do estado, a SC-445, que liga Criciúma a Balneário Rincão, o mais novo município administrado pelo PT.

Fazemos esse registro porque desde o nosso primeiro dia de trabalho incansavelmente procuramos o entendimento junto ao governo do estado para que se possa duplicar aquela rodovia. Ela é, hoje, a terceira rodovia mais movimentada do estado de Santa Catarina e tem um tráfego de 32 mil veículos/dia, o que nos preocupa devido ao grande número de acidentes com danos materiais e também com mortes. Só em 2012 ocorreram oito mortes e mais de 504 acidentes. E agora, com a chegada da temporada de verão, as coisas tendem a complicar ainda mais, porque acontece uma fila imensa que começa em Criciúma e só termina em Balneário Rincão.

Felizmente, conseguimos sensibilizar o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que, inclusive, já deram início à revitalização de uma grande parte da rodovia, praticamente 50%, que liga a comunidade de Vila Nova ao mais novo município do estado, Balneário Rincão.

Içara é cortada pela BR-101 e na parte em direção aos balneários já começou a revitalização, um bom trabalho. Então, acreditamos que até o final do ano ela esteja pronta, com acostamento. E a verdadeira duplicação, que são 10km dessa mesma

comunidade ao centro de Criciúma, também está praticamente pronta.

Tivemos uma audiência pública na semana passada e ficou uma pendência em relação a dois viadutos, porque a comunidade que margeia aquela rodovia entende que eles não deveriam ser construídos. As obras estão orçadas em R\$ 68 milhões, mas a construção dessa rodovia torna pequeno o investimento.

Sr. presidente, na segunda-feira passada tivemos a alegria de receber em Içara o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que se comprometeu com nossa cidade numa quantia de R\$ 10 milhões. Conseguimos com s.exa. também a garantia da estrada que liga Içara a Criciúma pela região agrícola. Inclusive, lá está sendo construído o grande santuário da região carbonífera, que compreende 11 municípios. Trata-se de uma obra orçada em R\$ 5,3 milhões, que foi assegurada aos líderes da nossa região. Ainda foi conquistado um caminhão para o nosso Corpo de Bombeiros e mais R\$ 600 mil para o batalhão que hoje funciona em prédio alugado.

O governador em exercício, colegas deputados, firmou o compromisso de mais dois inícios de asfaltamento, com uma rótula importante, no centro da nossa cidade, no valor de R\$ 300 mil. Além disso, autorizou a liberação de R\$ 100 mil para o Asilo São Vicente de Paula, de Criciúma, uma entidade que atende aos idosos há mais de 50 anos.

Entendemos que esse é um trabalho social, uma prioridade para a nossa região, uma prioridade para o estado de Santa Catarina.

Realmente, o sul tem mostrado um grande trabalho quando se refere aos deputados estaduais. Hoje, o sul de Santa Catarina tem oito deputados neste Parlamento, por coincidência, todos da situação. Isso representa 20% do Parlamento catarinense. O mais importante é que trabalhamos organizados, unidos, porque nem sempre a intenção é ser o pai da criança, mas fazer com que a nossa região possa desenvolver-se cada vez mais. Isso é muito importante se lembramos de que nos últimos 15 anos perdemos mais de R\$ 33 bilhões, segundo

levantamento feito pela Fiesc, simplesmente por causa da imobilidade da região.

Três municípios do sul do estado fazem divisa com o Rio Grande do Sul: Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres. Lá a energia é fornecida pela Cooperativa Rural de Abastecimento. Há, inclusive, alguns balneários onde a população do Rio Grande do Sul veraneia, nos quais vimos deparando-nos, há algum tempo, com apagões na virada de ano e durante a temporada de verão. As indústrias locais, que já não são tantas, também vêm sofrendo com esse problema.

Diante disso, solicitamos ao governo do estado que construísse uma rede de alta tensão, por nós conhecida como a famosa 69, de Sombrio a São João do Sul, com uma dimensão de 22km, a fim de atender aos municípios do extremo sul.

Dificuldades existem, mas ontem, felizmente, conseguimos ver sair do papel, depois de uma grande conversa com o presidente da Celesc, com o vice-governador, com os deputados da região sul de Santa Catarina e com o secretário da Fazenda, o compromisso da liberação de R\$ 15 milhões para que essa obra seja feita numa parceria entre a Celesc e a Fazenda, através do crédito presumido.

Acredito que o sul do estado será mais feliz, ficará mais tranquilo e que dentro de 30 dias sairá a licitação para a escolha da empresa que executará essa obra.

Portanto, quero externar o nosso agradecimento ao governo do estado, ao vice-governador, por entender a necessidade desses municípios. Essa era uma demanda reprimida, uma carência da nossa região, que fez com que trabalhássemos para que víssemos esse problema sanado.

Sr. presidente, era o que tínhamos para colocar no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Como não há deputados do partido interessados em fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, muito obrigada!

Cumprimento os srs. parlamentares, a sra. deputada Luciane Carminatti e quem nos visita na tarde de hoje. E quero fazer uma referência muito especial ao vereador Reinaldo, do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, do município de Benedito Novo, que veio acompanhado de outros colegas de Câmara Municipal.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense, trazendo as reivindicações de suas comunidades.

Eu utilizo a tribuna no horário destinado ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, para fazer três registros muito importantes, três notícias maravilhosas não somente para o estado de Santa Catarina, mas para todos os brasileiros e brasileiras.

Em primeiro lugar, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a ministra Ideli Salvatti anunciou que no decorrer desta semana os municípios brasileiros receberão a primeira parcela do auxílio financeiro de R\$ 3 bilhões anunciados durante a 16ª Marcha dos Prefeitos a Brasília. Durante a marcha os prefeitos reivindicaram da presidenta Dilma Rousseff a liberação de recursos e ela própria é quem anunciou, naquele momento, a sua decisão de atender à solicitação.

Os valores serão transferidos sem vinculação orçamentária, o que dará aos prefeitos o poder de decidir como melhor aplicá-los em benefício da população.

A segunda parcela, no valor de R\$ 1,5 bilhão, será liberada em abril de 2014 e se a liberação demorou um pouco não foi por culpa do governo federal, mas porque o Congresso Nacional precisava aprovar a medida. A ministra Ideli explicou que os repasses serão feitos por meio de depósitos nas

contas das prefeituras, considerando os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Todos os municípios do país vão receber e com essa decisão a presidenta Dilma demonstra seu compromisso com os municípios e possibilita às prefeituras um fôlego orçamentário visando melhor atender à sociedade.

Em segundo lugar, quero registrar a pesquisa de opinião pública divulgada nesta semana que apontou que 74% da população brasileira aprovam o Mais Médicos. E, graças a Deus, os municípios de Florianópolis e Blumenau vão revogar o decreto que não lhes permitia participar do programa.

Sr. presidente, o preconceito foi vencido e a população tem clareza de que a vinda de médicos estrangeiros para atender às comunidades carentes do Brasil é necessária. É importante que sejam atendidas as comunidades onde nenhum médico quis até hoje ir. Não se trata de um programa contra a classe médica. Trata-se de um programa que vai atender as comunidades que ainda não viram satisfeitos os seus direitos à saúde pública. Tanto que os médicos estrangeiros somente irão aos locais mais distantes e mais carentes e ficarão no país por um período determinado.

O prefeito de Florianópolis iniciou um recuo na sua decisão de proibir médicos estrangeiros. Sábia decisão. Espero que seja tomada também pelo prefeito de Blumenau, porque os nossos postos de saúde necessitam de profissionais. O prefeito Cesar Souza Júnior suspendeu temporariamente o decreto e está negociando a permanência do município no Mais Médicos. O prefeito de Blumenau, por seu turno, também anunciou hoje a revogação do decreto. A verdade é que os dois prefeitos foram convencidos pelo clamor das comunidades que precisam de atendimento médico.

Em terceiro lugar, quero registrar a sanção pela presidenta Dilma Rousseff do projeto que destina os recursos do pré-sal à educação e à saúde, áreas que receberão, na próxima década, um total de R\$ 112,25 bilhões provenientes dos recursos dos *royalties* e das participações

especiais da exploração do petróleo brasileiro na região do pré-sal.

(Passa a ler.)

"O aporte bilionário será possível graças à lei sancionada pela presidenta Dilma destinando 75% dos valores auferidos para a educação e 25% para a saúde. A previsão é que já em 2013 ocorra um aporte de R\$ 770 milhões, aumentando em 2014 para R\$ 1,8 bilhão e chegando, em 2022, a quase R\$ 20 bilhões.

O texto legal também prevê que 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal sejam destinados para a saúde e para a educação, até que sejam atingidas as metas do Plano Nacional de Educação - entre elas, 10% do PIB para o setor.

Ao ressaltar a relevância dos recursos que serão injetados, Dilma Rousseff pontuou os desafios que o país terá que vencer para prestar serviços públicos de qualidade em educação e saúde. 'A educação é cara, é onerosa para os orçamentos públicos, mas não se pode economizar com ela, pois a sua ausência é a vitória da ignorância, que é muito mais cara para a sociedade', definiu.

Sobre a saúde, a presidente ressaltou o papel relevante do Congresso Nacional, que demonstrou sensibilidade social ao destinar parcela dos recursos também para a saúde, já que na proposta original 100% dos *royalties* seriam destinados à educação. 'É indiscutível a relevância da decisão de direcionar 25% para a saúde, e ela vai ao encontro a uma das maiores preocupações de nossa sociedade', ressaltou Dilma Rousseff.

O Brasil terá condições efetivas de avançar ainda mais na qualidade e na oferta de vagas em todas as áreas da educação brasileira. Vamos poder ampliar e construir novas universidades, avançar na ampliação das redes dos institutos federais, manter permanentemente o Pronatec, ampliar o acesso à educação infantil e melhorar as condições físicas das escolas e a remuneração dos professores.

Estamos no caminho certo. Estamos valorizando a educação e construindo um caminho que garantirá

a melhoria permanente da qualidade de vida da população brasileira.”

Essas foram as três boas notícias da semana para a sociedade catarinense: as nossas prefeituras receberão a primeira parcela dos recursos federais; o Mais Médicos tem a aprovação da sociedade brasileira, e os recursos do pré-sal para educação e saúde agora estão assegurados em lei.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não havendo mais oradores inscritos para ocupar o tempo destinado ao horário dos Partidos Políticos, esta Presidência suspende a sessão até as 16h, para reiniciá-la na da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0319/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, o qual terá o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0016/2013, 0171/2012, 0180/2013, 0470/2013, 0499/2013, 0502/2013, 0505/2013, 0512/2013, 0520/2013, 0521/2013, 0570/2013, 0597/2013, 0598/2013, 0620/2013, 0628/2013, 0629/2013, 0633/2013, 0651/2013 e 0659/2013, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0169/2013, de origem governamental, que autoriza a desafetação e doação à união de trecho da rodovia estadual SC-163, entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Itapiranga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação;

de Transportes e Desenvolvimento Urbano, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0297/2013, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2013, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Lages (instalação de órgãos públicos municipais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0314/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de

Serra Alta (rodovia SC-469, regularização de faixa de domínio).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0149/2013, de origem parlamentar (comissão de Saúde), que revoga a Lei n. 6.347, de 1984, que declara de utilidade pública a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0172/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública o Instituto Social Nação Brasil, com sede no município de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0173/2012, de autoria do Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação e Saúde Mental do Estado de Santa Catarina (Asamesc), de Ibicaré.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0296/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública o Instituto Pró-Inovação do Sul Catarinense - Iproi -, com sede no município de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0354/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga a Lei n. 10.755, de 1998, que declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (Geaaf), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0355/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 11.873, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Campos Novos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0045/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre o concurso literário Poesia na Escola, na rede estadual de ensino.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0064/2012, de autoria do

deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre medidas de proteção ao consumidor quando da desativação, cancelamento, transferência ou aquisição de linhas de telefonia fixa ou móvel no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0573/2013, 0574/2013 e 0575/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0576/2013, 0577/2013 e 0578/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0980/2013, 0981/2013, 0982/2013, 0983/2013 e 0984/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0985/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0986/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0093/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Onofre Santo Agostini, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 35/2011, que fixa em 14 anos a idade mínima para firmar contratos de trabalho, desde que regularmente matriculados e frequentando a escola.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Com a permissão do autor, subscreve também a presente moção o deputado Renato Hinnig.

Moção n. 0094/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Onofre Santo Agostini, manifestando apoio à proposta de Emenda Constitucional n. 223/2012, que propõe a redução da maioria penal para 16 anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Apresentaram votos contrários a deputada Ana Paula Lima e os deputados Neodi Saretta e Sargento Amauri Soares.

Aprovada pelos demais deputados.

Moção n. 0095/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e aos deputados federais Pedro Uczai e Rogério Mendonça, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 3.023/2011, que denomina a rodovia Marcelino Chiarello o trecho de acesso ao município de Chapecó na BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0088/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos sobre os profissionais da Educação que realizaram o curso de Progestão na rede estadual de ensino e quais funções exercem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0089/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Administração, por meio do governador do estado, solicitando informações sobre contratos mantidos pelo estado, pelas SDRs, por empresas públicas e por autarquias com as empresas Luciano Oliveira Borges ME, LMA Telecomunicações e Empreiteira de Mão de Obra Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento da autoria dos srs, líderes com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os líderes abaixo subscritos requerem a v. exa., nos termos do art. 90 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a suspensão por dez minutos, após a Ordem do Dia do dia 11 de setembro do corrente ano, para ouvir o sr. Ademir Magagnin, prefeito do município de Cocal do Sul, a rainha Débora Donadel e as princesas Ingrid e Juliana, para a divulgação da Cocalfest."

O presente requerimento é assinado por todos os líderes e esta Presidência o acolhe.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quanto as duas moções do deputado Antônio Aguiar,

sendo que uma fixa em 14 anos a idade mínima para firmar contratos de trabalho e a outra manifesta ao deputado Onofre Santo Agostini apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 223, que propõe a redução da maioria penal para 16 anos, eu sou contra, porque acredito que o caminho para resolver a violência e a criminalidade não é colocar adolescente na cadeia.

Eu até concordo que poderia haver uma preparação para o trabalho com 14 anos, mas daí teria que ser criada uma legislação específica com perspectivas de qualificação profissional nesse período e não simplesmente um contrato de trabalho.

Por isso sou contra as duas moções.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, eu li a primeira moção e não a segunda. Portanto, gostaria que v.exa. retirasse o meu nome da votação da segunda moção do deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Registre-se o voto contrário do deputado Dado Cherem na segunda moção de autoria do deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu não consegui captar quando v.exa. leu a Moção n. 0093/2013 e quero manifestar a minha posição contrária também à aprovação desta moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A moção é destinada ao deputado Onofre Santo Agostini?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - A moção é de autoria do deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Mas é relativa à emenda do deputado Onofre Santo Agostini?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES -
Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Talvez por isso v.exa. não tenha me compreendido. Talvez eu tenha incorporado momentaneamente o estilo do deputado Onofre Santo Agostini na leitura da moção.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - A moção é de autoria do deputado Antônio Aguiar, mas apoiando uma proposta de emenda constitucional do deputado Onofre Santo Agostini.

Então, quero manifestar a minha posição contrária à aprovação dessa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Quanto ao voto de v.exa., eu já havia determinado a consignação como voto contrário. Mas v.exa. reitera isso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como v.exa. está quase chegando ao ritmo do deputado Onofre Santo Agostini, quero registrar o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores às Moções n.s 0093/2013 e 0094/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Registre-se o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores para as duas moções.

Esta Presidência, de acordo com a solicitação subscrita pelos líderes, suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados e todos que nos acompanham, para dizer que ocupo esta tribuna nesta tarde para lamentar a forma com que empresa Triunfo e a Rio Canoas continuam tratando os agricultores da barragem de Garibaldi.

Hoje, pela manhã, tivemos uma bela audiência pública, que contou com a presença de vários deputados e onde ocorreu um bom debate. A representação dos atingidos pela barragem era significativa, assim como a da Fundação Estadual do Meio Ambiente e da secretaria estadual da Agricultura.

Deputado Moacir Sopelsa, quero agradecer a v.exa., como presidente da comissão de Agricultura, e à deputada Angela Albino, da comissão de Economia, pelo pronto atendimento e por se colocarem à nossa disposição para a concretização da nossa audiência pública.

Quero dizer que o país precisa de energia para o seu desenvolvimento, para o seu crescimento e para dar qualidade de vida à sua população. Não é mais possível, deputado Reno Caramori, alguém viver sem energia nos dias de hoje. Agora, produzir energia barata como a energia hídrica não pode significar que as empresas que investem no setor tratem os agricultores da forma como estão tratando. Não é possível que, em pleno século 21, no momento em todos estão vivendo melhor, com mais saúde e mais conforto, no momento em que os agricultores estão vivendo nas suas casas com suas famílias, dentro de um modelo de tranquilidade e de plena convivência com a natureza - rios, matas e animais -, sejam assacados do seu *modus vivendi* porque uma empresa quer construir uma hidrelétrica e acabar com tudo em volta!

O representante da empresa que compareceu à audiência pública afirmou que quer fazer o melhor possível para ajudar Santa Catarina. Eu lhe disse que o jeito de ajudar Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, era limpando o nome da sua empregadora, porque ela agiu de má-fé quando antecipou o enchimento do lago, pegando de

surpresa as famílias, pegando de surpresa os órgãos públicos, como a Fatma, deixando submersas não sei quantas araucárias. Estima-se que mais de 50 mil pinheiros estejam submersos no lago inundado.

Outra denúncia muito grave feita, inclusive, por dom Irineu, bispo de Lages, também presente na audiência pública, é que o estado, seja o Ministério Público, seja os outros órgãos, está do lado da empresa e não dos agricultores.

Isso precisa ser averiguado e se de fato estiver ocorrendo, proporemos a realização de uma audiência pública com o MPE, a fim de acompanhar isso de perto.

Um encaminhamento dado durante a audiência é que se formará uma comissão, deputado Moacir Sopelsa, para fazer uma visita *in loco* às propriedades e aos agricultores.

As fotos que temos lá da região mostram algo incrível: os postes da rede de energia elétrica nova, recentemente construída, ficaram dentro da água! Também as casas e a igreja novas construídas pela empresa ficaram submersas! Afirmam que foi um erro do projeto. É um absurdo! Comenta-se, não se sabe ao certo, que o lago teria subido mais do que estava previsto, o que causou, é claro, a inundação das terras que não haviam sido indenizadas. Enfim, estima-se que a área de alagamento chegou 20m acima do que estava previsto. Então, imaginem o estrago que provocou!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, esse é um caso de polícia. Não é possível que com a tecnologia de hoje, erre-se um cálculo de abrangência de uma represa da maneira como ocorreu. Não se admite também a dificuldade em retirar as árvores mesmo das áreas que foram demarcadas como inundáveis. Existem áreas em que não foram retiradas as madeiras porque não houve a liberação da Fatma, do Ibama e tal. Essa é a verdade. Não dá para entender como os órgãos responsáveis têm a capacidade de fazer com que o

prejuízo seja muito maior. Além de o agricultor ter que abandonar sua propriedade, perder um monte de vantagens, ainda deixou de retirar a riqueza que possuía na terra e que foi destruída pelas águas.

Isso é caso de polícia!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - A informação que tivemos, hoje pela manhã, é que poderiam ter sido retiradas, mas não deu mais tempo. Os agricultores podem tirar a madeira depois que é comprovado que o lago atingirá a mata araucária.

O lago está por cima da ponte e as crianças têm que passar por dentro da água para ir para a escola. Havia quatro barcas na região que faziam a ligação entre os municípios, mas hoje não há mais nenhuma operando. Não foi reconstruída a costa para as famílias poderem deslocar-se para os outros municípios. Não houve tempo para retirar os galpões porque a água começou a subir de uma hora para outra. Então, a empresa precisa ser punida pelo estrago que cometeu.

Outra questão muito denunciada durante a audiência pública foi a pressão psicológica exercida pela empresa, que afirmava que se não aceitassem o proposto teriam que pleitear na Justiça! Por isso, há famílias inteiras desalojadas.

Pela manhã, em Lages, houve uma reunião com a Promotoria de Justiça e a empresa, mas nós precisamos de agilidade. Então, o encaminhamento da audiência é urgentemente compor uma comissão para acompanhar mais de perto a situação dos agricultores da região, bem como os outros encaminhamentos que serão feitos junto ao Ministério Público Federal e ao Ibama, porque houve intervenção federal nesse processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer o registro dos dados da pesquisa da CNT em relação à presidenta Dilma

Rousseff, que mostra que além de recuperar o índice de aprovação anterior, se a eleição fosse hoje, ela ganharia no primeiro turno. Isso em decorrência da série de políticas públicas o governo federal vem implantando.

Por isso, mesmo que a população esteja questionando o comportamento político das autoridades e a atuação das instituições públicas, como o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, com o tempo o povo volta a refletir sobre a real conjuntura deste país.

E refiro-me à conjuntura real, porque na semana passada o deputado Dirceu Dresch e eu participamos do seminário da Caixa Econômica, em Chapecó, sobre habitação, onde pudemos verificar o volume de investimentos neste país. Por exemplo, no ano que vem, o Minha Casa, Minha Vida aplicará R\$ 170 bilhões! Sendo que o cidadão da faixa de zero a três salários mínimos não pagará mais do que uma parcela mensal de R\$ 80,00 pela sua habitação, em dez anos. O resto é subsídio!

No âmbito rural, de um valor de R\$ 28.200,00, as famílias pagaram somente R\$ 1.200,00 em quatro parcelas. O resto é subsídio!

Não é à toa que o Brasil, nos últimos dez anos, construiu 1,1 milhão de unidades habitacionais por ano, sendo que 80% foram financiadas pela Caixa Econômica Federal. Para 70% das famílias, essa foi a sua primeira casa própria, foi a primeira vez que pararam de pagar aluguel! Isso, com certeza, gera desenvolvimento econômico, emprego e renda neste país.

Sr. presidente, já fiz um pronunciamento sobre a questão do programa Mais Médicos. Mas hoje li nos jornais eu os prefeitos de Florianópolis e de Blumenau, que haviam dito que não aceitariam médicos sem o Revalida, resolveram voltar atrás. Por quê?

Vamos analisar a questão. Sessenta e oito por cento dos cursos de Medicina do país ficam em universidades sediadas na região sudeste. Não chegam a 20% as universidades que têm curso de Medicina fora das regiões sul e sudeste. Além disso, a tendência natural é que os médicos ali

formados fiquem no entorno das grandes cidades em que se formaram.

Então, podemos deixar sem atendimento as crianças deste país que vivem em cidades com dez mil habitantes e que não têm médicos, têm apenas um enfermeiro?

Não é justificativa simplesmente questionar a infraestrutura desses municípios. Por menores que sejam as condições de trabalho na área médica, é preferível ter um médico atendendo a uma criança com febre debaixo de uma árvore, podendo fazer realizar um diagnóstico de meningite, por exemplo, do que deixá-la morrer sem atendimento médico!

Então, esses são alguns dos fatores que explicam o crescimento do índice de aprovação da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Uma das coisas que me chamaram a atenção, deputados, é que na semana passada, durante o 6º Congresso Nacional da Bolsa de Valores, em Campos de Jordão, fazendo uma análise da economia e do desenvolvimento brasileiros, o economista Jim O'Neil, ex-presidente do Banco Goldman Sachs Asset Management e criador da expressão Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), afirmou que o perfil dos economistas do Brasil é serem pautados pelo pessimismo. Esse economista americano fez também uma análise da abordagem do economista brasileiro Pérsio Arida, sócio do BTG Pactual, que afirmou que para conter a inflação, o Brasil teria que gerar um pouco de desemprego, ao que ele retrucou dizendo que o crescimento brasileiro no segundo trimestre de 2013 foi de 1,5%, percentual que a Europa inteira deseja.

Sr. presidente e srs. parlamentares, jamais imaginei que fosse ouvir um economista defendendo o desemprego para conter a inflação! Ora, num país onde há praticamente pleno emprego, vem um dono de banco argumentar que é preciso gerar desemprego para conter a inflação! Pois essa é a receita de um dos pais do Plano Real durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jailson Lima, quero agradecer o aparte e parabenizá-lo pelo tema que traz à Casa. V.Exa. é médico, entende esse lado importante da medicina brasileira e da posição do governo da presidenta Dilma Rousseff, que viaja por este Brasil e sente na pele a importância de termos médicos em todos os municípios brasileiros.

Como v.exa., li hoje que, felizmente, os prefeitos de Florianópolis e de Blumenau estão voltando atrás na sua posição inicial de não aceitar médicos sem o Revalida, porque isso vai propiciar a salvação de muitas vidas, deputado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É importante ressaltar, deputado Dirceu Dresch, que 76% da população aprovam o programa Mais Médicos e já disseram que devemos importar quantos profissionais forem necessários para suprir as nossas necessidades, enquanto não conseguirmos formá-los em nossas universidades.

Um dado importante para salientar é o seguinte: Cuba tem 41.700 estudantes de Medicina e o Brasil não chega a 17.000. Logicamente que aquele país tem um conjunto de profissionais de boa qualidade, cuja experiência é, em média, de 15 anos, sendo que 20% deles têm mestrado e doutorado, o que mostra um alto grau de qualificação.

Por isso, os nossos parabéns ao governo federal, à presidenta Dilma Rousseff. Que ela continue firme, assim como o nosso ministro da Saúde porque, na verdade, as associações e as entidades médicas vão acabar fazendo de Alexandre Padilha o próximo governador do estado de São Paulo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de fazer alguns registros que entendo importantíssimos, pois o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, fez um roteiro de trabalho no sul do estado e visitou duas regiões: a Amrec e a Amesc.

Eduardo Pinho Moreira é considerado o governador do sul e desta feita ele procurou atender, com pequenos convênios, alguns pequenos hospitais e instituições beneficentes.

Em Criciúma, o Asilo São Vicente de Paula recebeu R\$ 100 mil. Nós vimos os velhinhos sorrindo, muito alegres, foi uma coisa linda de se ver. O hospital do município de Urussanga também recebeu recursos que, com certeza, vão melhorar bastante a qualidade da saúde, pois esse é um grande compromisso do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Visitamos ainda os municípios de Siderópolis e Treviso, onde foram assinados pequenos, mas importantes convênios. E vimos aquele povo aceso, com vontade. Toda a imprensa deu cobertura. Passamos uma segunda-feira memorável na Amrec.

Ontem foi a vez das visitas à Amesc, minha região, onde foi inaugurada uma construção do Corpo de Bombeiros do município de Turvo, que atenderá também os municípios de Timbé do Sul, Ermo, Meleiro e Morro Grande. É uma construção extraordinária, bonita, toda equipada. Houve muita comemoração.

No município de Turvo conversamos com o prefeito e juntamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira inauguramos algumas obras importantes, inclusive pontes, realizadas pelo prefeito; algumas obras foram em parceria com o governo do estado e outras com o governo federal. A imprensa e a população acompanharam aquele momento muito importante.

Após, fomos visitar a secretaria de Desenvolvimento Regional que, em pesquisa recente, alcançou 68% de aprovação da população mesmo com os poucos investimentos que está recebendo.

Levamos também, sr. presidente, um convênio de R\$ 300 mil para o hospital de Turvo, que apesar de ser um hospital do interior, é praticamente referência na região, em função do seu excelente atendimento.

Entregamos recursos da ordem de R\$ 40 mil para o hospital do município de Meleiro, sendo que os municípios de Timbé do Sul e Praia Grande receberam convênios R\$ 100 mil.

Já o hospital de Jacinto Machado recebeu R\$ 40 mil e o hospital de Sombrio, R\$ 250 mil. E apesar de não ser muito dinheiro, vocês precisavam ver a receptividade que tivemos. O vice-governador Eduardo Pinho Moreira estava feliz pela recepção calorosa da população e de todos os prefeitos da região.

Acompanharam também todo o trajeto os secretários municipais de Saúde da região e o secretário do Desenvolvimento Regional Heriberto Schmidt.

Nós estamos crescendo muito, estamos crescendo com o porto de Imbituba, com o aeroporto de Jaguaruna e com conclusão da BR-101. O aeroporto de Jaguaruna vai ser inaugurado no dia 12 de outubro, dia da nossa padroeira, Nossa Senhora Aparecida.

Para o crescimento ser completo, precisávamos resolver o problema da falta de energia elétrica. Pois até isso está sendo feito! Num trabalho fantástico, estamos conseguindo que a Celesc faça um investimento de R\$ 42 milhões na nossa região, envolvendo os municípios de Araranguá, Turvo, Ermo, Jacinto Machado, Balneário Arroio do Silva, Sombrio e Balneário Gaivota.

Dois problemas precisavam ser também equacionados: era necessário um investimento de R\$ 1 milhão para a Cooperativa de Jacinto Machado e outro de R\$ 14 milhões para a Cooperativa de Praia Grande, porque com a estrada cruzando a serra do Faxinal, com certeza empresas de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, vão descer a serra para se instalar em nossa região.

Por isso foi assinado um convênio de R\$ 14 milhões para a construção de uma nova estação de

energia, que vai proporcionar energia de qualidade e em quantidade para toda aquela região.

Então, vale a pena, caro presidente Kennedy Nunes, trabalhar, lutar, buscar resultados. É isto que a população espera de um político: resultados. E nós estamos trabalhando em cima de resultados.

Agora, com os investimentos na serra do Faxinal vamos ter a obra concluída e os R\$ 50 milhões da Interpraias vão transformar a nossa região num polo turístico muito importante.

Acho que nossa missão está praticamente cumprida e que, talvez, com mais um mandato poderemos conseguir as obras que ainda faltam. E quando as entregarmos à população, poderemos dizer que cumprimos a nossa missão. Porque a nossa missão é trabalhar, e o povo elege um político para buscar resultados. Quando ele não consegue os resultados esperados, o povo pensa que ele é somente mais um que passará batido, que não marcará. Porque todos querem resultados e trabalhamos em cima de resultados, com responsabilidade e lealdade ao povo e à região.

É esse espírito que norteia o meu dia a dia no Parlamento. Nós sempre trabalhamos para buscar resultados, gerar emprego, renda e qualidade de vida para a população.

Esperamos, sim, poder dizer obrigado ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do sul do estado. E queremos aqui aguardar os convênios com as prefeituras para dizer obrigado ao governador Raimundo Colombo, que vai levar R\$ 500 milhões às prefeituras de Santa Catarina.

Por isso, lutamos muito para que esse resultado aconteça e para que os nossos prefeitos possam realizar suas promessas e levar mais infraestrutura e qualidade de vida à população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Movimento Tradicionalista Gaúcho pela passagem dos seus 40 anos de fundação.

Está encerrada a sessão.